

Banco Bari de
Investimentos e
Financiamentos
S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes ao semestre findo
em 30 de junho de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanco patrimonial	8
Demonstração de resultados	9
Demonstração de resultados abrangentes	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

Visão Corporativa

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis.

Iniciativas Inovadoras

O desenvolvimento de ações múltiplas para introduzir o conceito de banco digital, com a evolução de medidas que resultaram no lançamento do “Bari Card”, em parceria com a bandeira Elo, e avanços nas atividades da conta digital, que encerrou o semestre com 85.000 contas ativas e previsão de crescimentos importantes nos dois próximos trimestres. Espera-se que o Banco, assim, ingresse em nova era operacional, oferecendo maior gama de produtos aos nossos clientes, atingindo camadas mais representativas de investidores e demandadores de créditos. Merece realce ferramentas agregadas ao cartão, em que se vincula imóveis garantidores, sendo estabelecido um teto de R\$1 milhão para empréstimo, podendo se reservar uma parcela aos seus portadores para abrigar operações típicas daquele produto, no relacionamento com os setores de serviços e do comércio em geral. Outro diferencial: tornou-se possível vincular pessoas a um único cartão, em especial familiares, até mesmo menores de idade, introduzindo, ainda, contas objeto, de que são exemplos as seguintes destinações: acúmulo de recursos para financiar uma viagem, compra de um bem móvel, entre outros.

Área Administrativa

Para atender a expansão dos negócios, o Banco e outras empresas com e sem vínculos societários e que atuam com atividades de suporte a seus serviços contrataram, no exercício de 2020 e primeiro semestre de 2021, com ênfase para o último período, contingente ao redor de 300 novos colaboradores, em movimento assimétrico com muitas instituições do mercado financeiro e de outros segmentos produtivos do País, que apresentaram redução quantitativa de funcionários, a revelar a confiança depositada no Bari na retomada da economia mesmo com os percalços da Pandemia.

Destaques Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida para o semestre findo em 30 de junho de 2021, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	<u>1S2021</u>	<u>Exercício 2020</u>
a) Patrimônio Líquido:	143.136	120.441
b) Ativos de crédito:	507.353	373.050
c) Captação:	584.266	412.661
d) Índice de Basileia:	17,96	19,71
f) Lucro líquido:	16.969	33.333

Vale ressaltar que o lucro líquido, conquanto em nível que julgamos deveras positivo, teve impactos internos e externos, como o representativo investimento para a introdução do banco digital em nossa plataforma e aqueles decorrentes do cenário macroeconômico desafiador experimentado, em razão de medidas adotadas pelas Autoridades Monetárias para mitigar os efeitos da pandemia. Por outro lado, as seguidas quedas da taxa Selic oportunizaram buscar alternativas para oferecimentos de aplicações financeiras rentáveis aos nossos clientes, de molde a manter a atratividade dos títulos de nossa emissão, o que resultou em expansão da carteira, conforme demonstrado no quadro acima. Realçamos ainda, como pontos positivos, a inadimplência ter se mantido em nível tolerável, abaixo de previsões iniciais, com destaque para as renegociações empreendidas, e a normal continuidade das áreas operacionais ainda que com forte contingente do Banco atuando em regime de “home office”. Por fim, adicionamos como fatores auspiciosos, o incremento significativo do

quantitativo de propostas de créditos recebidas e aprovadas, no crédito imobiliário, e o recorde de originações no crédito consignado ocorrido no 2º trimestre/2021.

O Banco possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen.

Medidas Decorrentes da Covid-19

Adotamos todas as cautelas necessárias, em consonância com as recomendações das áreas médicas, para preservação da saúde, física e mental, de nossos colaboradores e extensiva aos clientes, quando aplicável. Instituímos, nessa linha, canais de comunicação com recursos virtuais para manter o quadro funcional motivado e atualizado. Assim, as normas expedidas no período pelos Órgãos Reguladores foram disseminados e houve incentivos à participação em treinamentos e em reuniões de serviços para o alcance de melhores práticas negociais, sem descuidar de promover iniciativas de natureza social.

Agradecimentos

A Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, que possibilitou o resultado expressivo alcançado para o primeiro semestre de 2021, a demonstrar, após três semestres de desafios, consoante acima abordados, que o crescimento experimentado se encontra sustentável e projeta um futuro na mesma direção.

Curitiba (PR), 27 de agosto de 2021.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselho de Administração e Diretores da
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.**
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP- 271754/O-9

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		<u>203.368</u>	<u>188.107</u>	Circulante		<u>222.815</u>	<u>105.826</u>
Disponibilidades	3	<u>2.306</u>	<u>572</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>170.953</u>	<u>60.312</u>
Instrumentos financeiros		<u>182.443</u>	<u>178.426</u>	Depósitos		<u>129.388</u>	<u>26.578</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>67.370</u>	<u>92.871</u>	Depósitos interfinanceiros	10.a	10.028	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	67.370	30.400	Depósitos a prazo	10.b	115.328	24.896
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	4.a	-	56.543	Outros depósitos	10.c	4.032	1.682
Títulos e valores mobiliários - valores em garantia de operações	4.a	-	5.928	Recursos de aceites de emissão de títulos	10.d	<u>41.565</u>	<u>33.734</u>
Operações de crédito	5	<u>115.073</u>	<u>85.555</u>	Recursos de aceites cambiais		22.802	33.166
Operações de crédito - setor privado		117.847	87.798	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		18.763	568
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(2.774)	(2.243)	Outras obrigações		<u>51.862</u>	<u>45.514</u>
Outros ativos financeiros	6	<u>18.609</u>	<u>9.103</u>	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		578	44
Outros ativos financeiros		18.647	9.103	Sociais e estatutárias		5.175	13.163
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(38)	-	Fiscais e previdenciárias	11	762	1.091
Outros ativos	7	<u>10</u>	<u>6</u>	Diversas	12	45.347	31.216
Não circulante		<u>576.269</u>	<u>390.783</u>	Não circulante		<u>413.686</u>	<u>352.623</u>
Instrumentos financeiros		<u>453.693</u>	<u>298.799</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>413.313</u>	<u>352.349</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>68.456</u>	<u>16.751</u>	Depósitos	10.b	<u>311.880</u>	<u>282.166</u>
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	4.a	62.144	16.751	Depósitos a prazo		311.880	282.166
Títulos e valores mobiliários - valores em garantia de operações	4.b	6.312	-	Recursos de aceite de emissão de títulos	10.d	<u>96.392</u>	<u>63.375</u>
Operações de crédito	5	<u>385.237</u>	<u>282.048</u>	Recursos de aceites cambiais		6.730	12.031
Operações de crédito - setor privado		389.506	285.252	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		89.662	51.344
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(4.269)	(3.204)	Instrumentos financeiros derivativos	4.c	<u>5.041</u>	<u>6.808</u>
Créditos tributários	22	<u>12.523</u>	<u>6.431</u>	Instrumentos financeiros derivativos		5.041	6.808
Outros ativos financeiros	6	<u>(84)</u>	<u>20</u>	Outras obrigações		<u>373</u>	<u>274</u>
Outros ativos financeiros		745	347	Diversas	13/14	373	274
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(829)	(327)	Patrimônio líquido	15	<u>143.136</u>	<u>120.441</u>
Outros ativos	7	<u>500</u>	<u>500</u>	Capital	15.a	<u>82.000</u>	<u>50.000</u>
Outros ativos		1.250	1.250	De domiciliados no país		50.000	50.000
Provisão para redução ao valor recuperável		(750)	(750)	Aumento de capital (em aprovação)		32.000	-
Permanente		<u>109.637</u>	<u>85.033</u>	Reservas de lucros		61.457	70.387
Investimentos		<u>89.233</u>	<u>70.474</u>	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		(321)	54
Investimentos em participações em coligadas e controladas	8	89.230	70.471				
Outros investimentos		3	3				
Imobilizado de uso		<u>1.980</u>	<u>1.978</u>				
Outras imobilizações de uso		3.335	3.163				
Depreciações acumuladas		(1.355)	(1.185)				
Intangível	9	<u>18.424</u>	<u>12.581</u>				
Ativos intangíveis		23.719	15.549				
Amortização acumulada		(5.295)	(2.968)				
Total do ativo		<u><u>779.637</u></u>	<u><u>578.890</u></u>	Total do passivo		<u><u>779.637</u></u>	<u><u>578.890</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		<u>48.828</u>	<u>27.742</u>
Operações de crédito		45.007	28.693
Resultado com títulos e valores mobiliários	4.d	2.054	2.146
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	4.d	1.767	(3.097)
Despesas da intermediação financeira		<u>(21.464)</u>	<u>(10.728)</u>
Operações de captação no mercado	10.e	(17.883)	(8.190)
Despesas de obrigações de empréstimos e repasses		-	(94)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	5.b	(3.581)	(2.444)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>27.364</u>	<u>17.014</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(16.224)</u>	<u>646</u>
Receita de prestação de serviços	16	8.785	1.862
Despesas de pessoal		(2.735)	(1.767)
Outras despesas administrativas	18	(40.946)	(10.290)
Despesas tributárias	17	(2.036)	(1.374)
Resultado de participação em coligadas e controladas	8	20.955	11.905
Outras receitas operacionais		1.318	457
Outras despesas operacionais		(1.565)	(147)
Resultado operacional		<u>11.140</u>	<u>17.660</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>11.140</u>	<u>17.660</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>5.829</u>	<u>(2.074)</u>
Provisão para imposto de renda		-	(1.887)
Provisão para contribuição social		-	(1.434)
Ativo fiscal diferido		5.829	1.247
Lucro líquido do semestre		<u><u>16.969</u></u>	<u><u>15.586</u></u>
Quantidade de ações		50.000	50.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,33938	0,31172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido do semestre	<u>16.969</u>	<u>15.586</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(375)	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(682)	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>307</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>16.594</u></u>	<u><u>15.586</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Aumento de Capital (em aprovação)	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 1 de janeiro de 2020	50.000	-	3.056	43.795	-	-	96.851
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	15.586	15.586
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	779	14.007	-	(14.786)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(800)	(800)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2020	50.000	-	3.835	57.802	-	-	111.637
Mutações do semestre	-	-	779	14.007	-	-	14.786
Saldos em 1 de janeiro de 2021	50.000	-	4.723	65.664	54	-	120.441
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	-	(375)	-	(375)
Aumento de capital (Em homologação pelo BACEN)	-	32.000	-	(21.869)	-	-	10.131
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	16.969	16.969
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	848	12.091	-	(12.939)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.802)	(2.802)
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.228)	(1.228)
Saldos em 30 de junho de 2021	50.000	32.000	5.571	55.886	(321)	-	143.136
Mutações do semestre	-	32.000	848	(9.778)	(375)	-	22.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		16.969	15.586
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		2.497	1.050
Equivalência patrimonial	8	(20.955)	(11.905)
Resultado com instrumentos derivativos	4.d	(1.767)	3.097
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	5.b	3.581	2.444
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	13.c	56	23
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	3.321
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido		(5.829)	(1.247)
Resultado obtido pela alienação do imobilizado		-	(10)
Provisão para participação nos resultados		248	154
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários		10.391	(70.738)
Operações de crédito		(136.288)	(23.026)
Outros ativos financeiros		(8.728)	1.814
Outros ativos		(4)	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos interfinanceiros, a prazo e outros depósitos		132.524	74.772
Recursos de aceites e emissão de títulos		40.848	(15.972)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		534	(23)
Obrigações sociais e estatutárias		(605)	(340)
Obrigações fiscais e previdenciárias		(329)	41
Outras obrigações		14.174	(101)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(3.020)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		47.317	(24.079)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		1.354	93
Aquisições de investimentos	8	(95)	(51)
Aquisições de imobilizado		(172)	(230)
Adições ao intangível	9	(8.170)	(5.315)
Baixa do intangível		-	13
Caixa líquido (utilizados) nas atividades de investimentos		(7.083)	(5.490)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	14.d	(11.661)	-
Aumento de capital		10.131	-
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos		(1.530)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		38.704	(29.569)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	30.972	54.850
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	69.676	25.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que o Banco possui maior atuação, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e geração de renda

Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o Banco manteve reserva de caixa, para honrar com suas obrigações, não tendo necessidade de captação adicional no mercado ou através de aumento de capital. O Banco promoveu as renegociações, com prorrogação de prazo de pagamento de parcelas, e alguns casos concedeu carência, para aqueles clientes que tiveram impacto direto com a pandemia. Mesmo diante desse cenário, não observou-se impactos relevantes nos índices de inadimplência por conta da pandemia, até o encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2021.

O Banco mantém a preocupação com a saúde dos seus colaboradores, clientes e fornecedores, bem como a continuidade das operações de maneira segura. Por este motivo, decidimos adotar o trabalho de forma híbrida, sendo alguns dias da semana trabalho nas dependências do Banco e outros em home office, para os colaboradores que estejam no grupo de risco, o trabalho está sendo integralmente home office, estabelecendo todos os protocolos de segurança sanitária instituídos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus.

1.1 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a.1 Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Resolução BCB nº 2/2020 e de outros regulamentos dessa Instituição e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3 g e 6.b** – critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito;

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião no dia 26 de agosto de 2021.

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

f. Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos disponíveis para a venda:** Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.
- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**
As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

- **Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos**

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

- g. **Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 4.803 de 09 de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações renegociadas, devido a pandemia da

Covid-19, permitindo às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, reclassificar para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

h. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros

i. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

j. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

k. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

l. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

m. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

n. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

o. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% (20% para o exercício de 2018, conforme Lei nº 13.169/15).

A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25 % com vigência a partir de 1º de março de 2021, decorrente a MP 1.034 de 01/03/21.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

p. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Banco semestre findo em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 16.206, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

q. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Junho/2021	Dezembro/2020
Depósitos bancários	343	49
Reservas livres	1.819	322
Disponibilidades em moeda estrangeira	144	201
Total de disponibilidades	2.306	572
Operações compromissadas - Posição bancada	67.370	30.400
Letras do Tesouro Nacional	67.370	30.400
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	67.370	30.400
Total de caixa e equivalentes de caixa	69.676	30.972

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	Junho/2021		Dezembro/2020	
	Tx.	Curto Prazo	Tx.	Curto Prazo
DI (pré)	4,15% a.a	67.370	1,90% a.a.	30.400
Total		67.370		30.400

4 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

Disponíveis para venda

	Vencimento	Junho/2021		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/09/2022 a 01/03/2024	45.723	45.983	(260)
Debêntures	21/09/2022 a 15/11/2022	3.733	3.774	(41)
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030	12.688	12.963	(275)
Total		62.144	62.720	(576)

	Vencimento	Dezembro/2020		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2021 a 01/03/2024	63.650	63.677	(27)
Debentures	21/09/2022 a 15/11/2022	3.695	3.764	(69)
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030	5.949	5.753	195
Total		73.294	73.194	99

b) Títulos e valores mobiliários –valores em garantia de operações – mantido até o vencimento

		Junho/2021		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste de mercado não realizado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	Vencimento 01/09/2021 a 01/03/2023	6.312	6.320	(8)
		Dezembro/2020		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste de mercado não realizado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	Vencimento 01/03/2021	5.928	5.928	-

c) Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos –B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos (corrigidos pelo CDI) , conforme demonstrada a seguir:

		Junho/2021			Dezembro/2020	
Posição ativa	Data de vencimento	Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a receber	Valor de mercado	Diferencial a receber
IPCA	17/06/2024	30.000	30.052	280	-	-
IPCA	15/06/2025	20.000	20.034	143	-	-
Pré-Fixada	01/07/2022	50.000	53.827	-	53.152	-
Total		100.000	103.913	423	53.152	-
Posição passiva	Data de vencimento	Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a pagar	Valor de Mercado	Diferencial a pagar
CDI	17/06/2024	30.000	29.771	-	-	-
CDI	15/06/2025	20.000	19.892	-	-	-
CDI	01/07/2022	50.000	59.291	(5.464)	59.961	(6.808)
Total		100.000	108.954	(5.464)	59.961	(6.808)

d) Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	Junho/2021	Junho/2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	50	486
Rendas de aplicações em operações compromissadas	691	455
Deságio na colocação de títulos	(346)	-
Resultado com títulos de renda fixa	1.659	1.205
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.767	(3.097)
Total	3.821	(951)

5 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

(a) **Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:**

	Junho/2021		Dezembro/2020	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Crédito pessoal e CDC	861	0,17%	142	0,04%
Crédito pessoal consignado	297.306	58,60%	246.335	66,03%
Capital de giro	2.650	0,52%	1.663	0,45%
Cartão de crédito	1.908	0,38%	123	0,03%
Empréstimos com garantia	157.358	31,02%	67.438	18,08%
Financiamentos	14	0,00%	77	0,02%
Financ. imob. empreend - aquisição	9.153	1,80%	10.150	2,72%
Financ. imob. resid. - aquisição	34.711	6,84%	43.845	11,75%
Financ. imob. resid.- construção	3.391	0,67%	3.277	0,88%
Outros	1	0,00%	-	-
Total	507.353	100,00%	373.050	100,00%
Circulante	117.847		87.798	
Não circulante	389.506		285.252	

r. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

r.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	Junho/2021	Dezembro/2020
Saldo inicial semestre/exercício	(5.447)	(4.732)
Constituição líquido de reversões	(3.581)	(4.997)
Baixa para prejuízo	1.985	4.282
Saldo final semestre/exercício	(7.043)	(5.447)
Circulante	(2.774)	(2.243)
Não circulante	(4.269)	(3.204)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre findo em 30 de junho de 2021 o montante de R\$ 426 (R\$ 1.318 em dezembro de 2020).

As operações de crédito refinanciadas, totalizaram R\$ 98.242 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 97.626 no exercício de 2020). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

r.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	Junho/2021	Dezembro/2020
Até 3 meses	32.347	22.685
De 3 meses a 12 meses	83.450	63.452
De 1 a 3 anos	167.841	140.713
De 3 a 5 anos	110.616	94.923
De 5 a 15 anos	110.228	49.616
Acima de 15 anos	821	-

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2021

Total a vencer	505.303	371.389
Vencidos	2.050	1.661
Total	507.353	373.050

r.3 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de Provisão	Setor			Junho/2021		Dezembro/2020	
			Indústria	Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	-	367	10.829	11.196	-	4.264	-
A	Normal	0,50%	-	2.031	422.959	424.990	(2.111)	329.685	(1.648)
B	Normal	1,00%	-	-	47.544	47.544	(475)	24.584	(246)
	Vencido		-	-	6.840	6.840	(68)	2.572	(26)
C	Normal	3,00%	-	-	5.296	5.296	(159)	5.114	(153)
	Vencido		-	-	3.740	3.740	(112)	1.238	(37)
D	Normal	10,00%	-	-	1.459	1.459	(146)	253	(25)
	Vencido		-	-	670	670	(67)	953	(95)
E	Normal	30,00%	-	-	339	339	(102)	122	(37)
	Vencido		-	-	978	978	(293)	465	(140)
F	Normal	50,00%	-	-	254	254	(127)	115	(58)
	Vencido		-	-	778	778	(389)	1.149	(575)
G	Normal	70,00%	-	-	26	26	(18)	-	-
	Vencido		-	-	891	891	(624)	431	(303)
H	Normal	100,00%	-	-	182	182	(182)	109	(109)
	Vencido		-	-	2.170	2.170	(2.170)	1.996	(1.996)
Total			-	2.398	504.955	507.353	(7.043)	373.050	(5.448)
Circulante			-	-	-	117.847	(2.774)	87.798	(2.243)
Não Circulante			-	-	-	389.506	(4.269)	285.252	(3.204)

s. Cessão de crédito

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, o Banco adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 129.201 (R\$ 38.409 no exercício de 2020). Estas operações auferiram, no semestre em questão, renda no montante de R\$ 5.432 (R\$ 2.425 no exercício de 2020). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o semestre em epígrafe, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 146.510 (R\$ 37.827 no exercício de 2020). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

6 Outros ativos financeiros

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Dividendos a receber	3.199	2.261
Serviços prestados a receber	-	204
Adiantamentos e antecipações salariais	357	226
Impostos a recuperar (c)	3.074	2.984
Devedores diversos (b)	863	1.000
Valores a receber de sociedades ligadas	3.587	215
Prêmio ou (-) Desconto em operações de crédito	(108)	(194)
Títulos e créditos a receber (a)	7.675	2.407
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(38)	-
Total	<u><u>18.609</u></u>	<u><u>9.103</u></u>
Não circulante		
Devedores por depósitos em garantia	418	280
Títulos e créditos a receber (a)	327	327
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	(502)	(260)
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(327)	(327)
Total	<u><u>(84)</u></u>	<u><u>20</u></u>

- Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 30 de junho de 2021, basicamente por: (i) R\$512 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 268 em dezembro de 2020); (ii) R\$ 248 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 248 em dezembro de 2020) este valor encontra-se provisionado para sua perda em sua totalidade por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança e (iii) R\$ 7.242 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (R\$ 2.218 em dezembro de 2020).
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por valores relativos a: (i) portabilidade no montante de R\$ 682 (R\$ 464 em dezembro de 2020); (ii) carga de pagamento BariCard a processar no montante de R\$ 42 (R\$ 536 em dezembro de 2020) e (iii) Boletos de depósito que serão compensados no próximo dia útil no montante de R\$ 139 (não há valores comparativos para dezembro de 2020)..
- (c) Referem-se a valores de antecipações de IRPJ e CSLL ocorridas durante o exercício de 2020, que serão recuperadas em exercícios futuros.

7 Outros ativos

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Despesas antecipadas outros	10	6
Total	<u><u>10</u></u>	<u><u>6</u></u>
Não circulante		
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.250	1.250
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(750)	(750)
Total	<u><u>500</u></u>	<u><u>500</u></u>

8 Investimentos

	Controladas			Coligada	Período	
	Barigui Gestão de Recursos Ltda (a)	Bari Securitizadora S.A (b)	Bari Companhia Hipotecária (c)	Certa – Central de Registros de Títulos e Ativos (d)	Junho/2021 Total	Dezembro/2020 Total
Informações sobre a controlada:						
Número de ações de capital	1.950.000	2.750.000	31.700.000	14.029.000		
Patrimônio líquido:						
Capital social	1.950	2.750	31.700	14.029		
Reservas de lucros	2.325	1.131	32.659	-		
Ajuste a valor de mercado	-	22	(1)	-		
Informações sobre o investimento na controlada:						
Número de ações possuídas	1.320	2.723	31.383	119		
Percentual de participação (%)	67,67%	99%	99%	0,85%		
Movimentação dos investimentos no exercício:						
Saldo início do período	2.893	3.864	63.714	-	70.471	39.332
Aumento de capital	-	-	-	95	95	1.506
Dividendos declarados e não pagos	-	4	(941)	-	(937)	(1.664)
Dividendos recebidos	(1.354)	-	-	-	(1.354)	-
Resultado de equivalência patrimonial	3.318	888	16.511	239	20.955	31.297
Saldo final do exercício	4.457	4.756	79.284	334	89.230	70.471

- (a) Em 2016, o Banco, adquiriu participação societária, junto à empresa Barigui Gestão de Recursos Ltda, com valor nominal de cotas correspondentes a R\$ 1.320 (hum milhão, trezentos e vinte mil reais). A Barigui Gestão, tem como objeto social a gestão de carteira de títulos e valores mobiliários.
- (b) Em 2017, o Banco, adquiriu 99% de participação societária, junto à empresa Bari Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.337 (Hum milhão, trezentos e trinta e sete mil reais) e efetuou aumento de capital no valor de R\$ 1.400 em outubro de 2020. A Bari Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.
- (c) Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Bari Companhia Hipotecária, na qual o Banco detém participação de 99% do capital. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.
- (d) Em julho de 2018, o Banco iniciou processo para participar acionariamente da empresa CERTA – Central de Registro de Ativos S.A. que em como objeto social atividades de registro de títulos e de outros instrumentos financeiros, que não sejam considerados valores mobiliários, incluindo o registro de ônus e gravames a eles relacionados, ou sobre ele incidentes. A mesma encontra-se em fase pré-operacional, e o método de reconhecimento é por custo visto a inexistência de influência significativa.

9 Intangível

Semestre findo em 30 de junho de 2021

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.541	1.040	12.581
<i>Movimentação do custo</i>			
Custo em 1º de janeiro de 2021	13.804	1.745	15.549
Adições	7.414	756	8.170
Baixas	-	-	-
Custo em 30 de junho de 2021	21.218	2.501	23.719
<i>Movimentação da amortização</i>			
Amortização em 1º de janeiro de 2021	(2.263)	(705)	(2.968)
Amortização anual	(2.109)	(218)	(2.327)
Amortização em 30 de junho de 2021	(4.372)	(923)	(5.295)
Saldo contábil líquido: Em 30 de junho de 2021	16.846	1.578	18.424

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.975	798	4.773
<i>Movimentação do custo</i>			
Custo em 1º de janeiro de 2020	4.037	1.145	5.182
Adições	9.767	600	10.367
Baixas	-	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2020	13.804	1.745	15.549
<i>Movimentação da amortização</i>			
Amortização em 1º de janeiro de 2020	(62)	(347)	(409)
Amortização anual	(2.201)	(358)	(2.559)
Amortização em 31 de dezembro de 2020	(2.263)	(705)	(2.968)
Saldo contábil líquido: Em 31 de dezembro de 2020	11.541	1.040	12.581

10 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Depósitos interfinanceiros

<u>Junho/2021</u>				<u>Dezembro/2020</u>	
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total	
10.028	-	-	10.028	-	
Circulante				10.028	-
Não Circulante				-	-

b. Depósitos a prazo

<u>Junho/2021</u>				<u>Dezembro/2020</u>	
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total	
9.075	106.253	311.880	427.208	307.602	
Circulante				115.328	24.896
Não Circulante				311.880	282.166

c. Outros depósitos – conta de pagamento

<u>Junho/2021</u>				<u>Dezembro/2020</u>	
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total	
4.032	-	-	4.032	1.682	
Circulante				4.032	1.682
Não Circulante				-	-

d. Recursos de aceites de emissão de títulos

i. Recursos de aceites cambiais

<u>Junho/2021</u>				<u>Dezembro/2020</u>	
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total	
12.210	10.592	6.730	29.532	45.197	
Circulante				22.802	33.166
Não Circulante				6.730	12.031

ii. Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias

<u>Junho/2021</u>				<u>Dezembro/2020</u>	
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total	
8.914	9.849	89.662	108.425	51.912	
Circulante				18.763	568
Não Circulante				89.662	51.334

e. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	Junho/2021	Junho/2020
Despesas depósitos interfinanceiros	(482)	(222)
Despesas depósitos a prazo	(12.406)	(5.502)
Despesas aceites cambiais	(1.666)	(2.236)
Despesas com operações compromissadas	(1)	-
Despesas de letra de crédito imobiliário	(3.005)	(32)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(323)	(198)
Total	(17.883)	(8.190)

11 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	267	181
Impostos e contribuições s/ salários	135	253
Impostos s/ aplicações financeiras	57	407
Pis	38	27
Cofins	235	166
ISS	30	13
Impostos diferidos	-	44
Total	762	1.091

12 Outras obrigações - Diversas

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Despesas de pessoal	522	496
Despesas administrativas (a)	6.576	3.551
Outras provisões	1.594	1.231
Credores diversos - país (b)	36.655	25.932
Total	45.347	31.210
Não circulante		
Credores diversos – país	60	-
Provisão para contingência (nota 14)	313	274
Total	373	274

1. Refere-se principalmente à despesas com comissões, assessorias, serviços técnicos especializados, entre outras.

2. Referem-se a:

(i) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 2.458 (R\$ 3.098 em dezembro de 2020).

(ii) contratos a liberar e compra de carteira R\$ 26.044 (R\$ 19.704 em dezembro de 2020),

(iii) Credores bandeira Elo R\$ 6.903 (R\$ 2.456 em dezembro de 2020), e

(iii) outros credores pulverizados R\$ 1.250 (R\$ 674 em dezembro de 2020).

13 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No semestre findo em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no período

Em 30 de junho de 2021, o Banco possui contabilizada provisão para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 313 (R\$ 274 em dezembro de 2020), registrada na rubrica “Outras obrigações - Diversas”, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	Junho/2021				
	Saldo no início do período	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo no final do período
Cíveis	119	67	(11)	(17)	158
Trabalhistas	155	-	-	-	155
Total – 30/06/2021	274	67	(11)	(17)	313
Total – 31/12/2020	235	955	(436)	(480)	274

Em junho de 2021 e dezembro de 2020, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como provável.

d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 30 de junho de 2021, os processos de natureza cível classificados como possíveis totalizaram R\$ 716 (R\$ 1.410 em dezembro de 2020).

O Banco possui processos de natureza trabalhistas classificados como risco de perda possível, em 30 de junho de 2021 no montante de R\$70 (R\$ 69 em dezembro de 2020).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 30 de abril de 2021, os acionistas deliberaram em AGO/AGE sobre a capitalização das reservas, dividendos e juros sobre capital próprio para aumento de capital no montante de R\$ 32.000, sendo R\$ 21.869 com incorporação de reservas, R\$ 5.080 com dividendos e R\$ 5.051 com juros sobre o capital próprio. Este aumento de capital está protocolado junto ao Banco Central do Brasil para homologação.

Em 17 de dezembro de 2020, a acionista Maria Tereza Fornea Caron, alienou sua participação societária (1.735 ações ordinárias) para Enio Fornea Junior no valor de R\$ 1.735.

O valor do capital social é R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 49.000 (quarenta e nove milhões de reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.000 (um milhão de reais) em ações preferenciais nominativas em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Acionistas	Participação %	Total ações
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	17.737.560
Enio Fornea Junior	11,7635%	5.880.000
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	12.093.445
Antonio Bordin Neto	6,9745%	3.487.230
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	1.000.000
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	9.800.000
Total	<u>100,0000%</u>	<u>50.000.000</u>

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Vlr. Prov.	Vlr. IRRF	Vlr. Liq. Pagar	Valor pago em períodos anteriores	Valor Pago período corrente	Residual a pagar	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio – JCP – 2019	5.040	(756)	4.284	(1.448)	(1.567)	1.229	Pagto parcial em 16/05/2019, 12/01/2021 e 30/04/2021	24ª AGO 30/04/2020
Dividendos propostos em 2018	758	-	758	(744)	(14)	-	Pagto parcial em 16/05/2019 e 12/01/2021	23ª AGO 30/04/2019
Dividendos propostos em 2019 (*)	991	-	991	-	(991)	-	12/01/2021	24ª AGO 30/04/2020
Dividendos propostos em 2020 (*)	5.080	-	5.080	-	(5.080)	-	30/04/2021	25ª AGO 30/04/2021
Juros sobre capital próprio - JCP – 2020 (*)	4.717	(708)	4.009	-	(4.009)	-	30/04/2021	25ª AGO 30/04/2021
Juros sobre capital próprio - JCP – Junho 2021	2.802	(420)	2.382	-	-	2.382		Não deliberado
Dividendos propostos em junho 2021	1.228	-	1.228	-	-	1.228		Não deliberado
Total					(11.661)	4.839		

*Valores de dividendos e juros sobre capital pagos em 30 de abril de 2021 foram capitalizados com aumento de capital, deliberado na 25ª AGO.

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	Junho/2021	Exercício findo em Dezembro/2020
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do período / exercício	16.969	33.333
Reserva legal (5%)	(848)	(1.667)
Juros sobre o capital próprio (JCP)	(2.802)	(4.717)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	13.319	26.949
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	(1.228)	(5.080)

1. A Resolução n.º 4.885 do Conselho Monetário Nacional de 23 de dezembro de 2020, alterou a Resolução 4.820 de maio de 2020, tornando possível a distribuição de juros sobre capital a próprio e dividendos mínimo obrigatório de acordo com o estatuto da entidade, respeitando o percentual máximo de distribuição de 30% do lucro líquido. A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios foram reduzidas devido a limitação proposta na resolução supramencionada considerando a distribuição já realizada do Juros sobre capital próprio.

15 Transações entre partes relacionadas

	Junho/2021			Dezembro/2020		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
LC e CDB (a)	(66.894)	-	(1.194)	(38.725)	-	(410)
Remuneração administradores	-	-	(291)	-	-	(435)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(2.723)	-	-	(5.865)	-	-
Controladas (a)						
Serviços prestados a receber	-	15	-	-	-	-
Serviços prestados a pagar	(273)	-	(342)	-	-	-
Depósito Interfinanceiro	(10.028)	-	(28)	-	-	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	144	-	939	213	-	2.081
Dividendos a receber	3.222	-	-	1.664	-	-
Reembolso	269	-	-	-	-	-
LC e CDB (a)	(4.759)	-	(78)	(8.261)	-	(149)
Pessoas jurídicas						
Antecipações de recebíveis	-	-	-	134	13	-
Desenvolvimento de software	(1.698)	-	(8.180)	(1.246)	-	(3.688)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(1.497)	-	-	(3.224)	-	-
LC e CDB (a)	(38.471)	-	(822)	(35.988)	-	(1.006)
Prestação de serviços (b)	(2.891)	-	(9.516)	(1.533)	-	(10.773)
Aluguel comercial	-	-	(41)	-	-	(166)
Utilização de Estrutura Compartilhada (c)	-	-	-	2	-	20

Informações adicionais:

Durante semestre findo em 30 de junho de 2021, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, para emissão de CRI no montante de R\$ 146.510. Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

- * São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Barigüi Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornea & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigüi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda.

(a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A, Barigüi Gestão de Recursos Ltda.

(d) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.

- (e) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa

(a) Política de remuneração

O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Um dos membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa, e os demais contemplam verbas salariais, portanto, parcelas variáveis. O valor em 30 de junho de 2021 está representado por R\$ 291 (R\$ 435 no exercício de 2020).

16 Rendas de prestação de serviços

	Junho/2021	Junho/2020
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	1.614	215
Rendas de comissão de colocação de títulos	6.789	1.645
Utilização de canais de atendimento prioritário	9	-
Rendas de outros serviços	373	2
Total	8.785	1.862

17 Despesas tributárias

	Junho/2021	Junho/2020
Despesa de PIS	(252)	(161)
Despesa de COFINS	(1.554)	(989)
Despesas de ISS	(100)	(93)
Outros	(130)	(131)
Total	(2.036)	(1.374)

18 Outras despesas administrativas

	Junho/2021	Junho/2020
Despesas com serviços terceirizados (a)	(18.728)	(2.870)
Despesas com propaganda e publicidade	(6.309)	(520)
Despesas de processamento de dados	(6.053)	(2.537)
Despesa com serv. téc. Especializados	(3.096)	(1.812)
Despesas com amortização/depreciação	(2.497)	(1.049)
Despesas de comunicação	(1.421)	(269)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(1.090)	(107)
Despesas serviço sistema financeiro	(628)	(98)
Despesas de aluguel comercial	(237)	(132)
Despesas judiciais e cartório	(193)	(22)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(178)	(416)
Despesas com acordo judicial	(99)	(58)
Despesas com viagens	(51)	(147)
Despesa de transporte	(41)	(32)
Despesas de seguros	(19)	(33)
Outras despesas	(307)	(188)
Total	(40.947)	(10.290)

(a) Refere-se principalmente à:

- (a) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre findo em 30 de junho de 2021 correspondem ao valor de R\$ 9.507 (R\$ 1.457 em junho de 2020),
- (b) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre findo em 30 de junho de 2021, correspondem a R\$ 577 (R\$ 160 em junho de 2020);
- (c) As despesas incorridas no semestre findo em 30 de junho de 2021, relativas a custos de repasse aos órgãos públicos, montam os valores de R\$ 437 (R\$ 367 em junho de 2020);

- (d) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre findo em 30 de junho de 2021 montam o valor R\$ 2.941 (não houve valores desta natureza comparativos para junho 2020);
- (e) As despesas relativas a assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital montam o valor de R\$ 4.635 (não houve valores comparativos desta natureza para junho de 2020);
- (f) Outras despesas pulverizadas, incorridas no semestre findo em 30 de junho de 2021, correspondem ao montante de R\$ 631 (R\$ 886 em junho de 2020).

19 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	Junho/2021	Junho/2020
Impostos correntes		
Provisão para imposto de renda	-	(1.887)
Provisão para contribuição social	-	(1.434)
Total	<u>-</u>	<u>(3.321)</u>
Ativo fiscal diferido	6.625	1.247
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(795)	-
Total imposto de renda e contribuição social	<u>5.830</u>	<u>(2.074)</u>

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>Junho/2021</u>	<u>Junho/2020</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	11.140	17.660
Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(5.013)	(7.947)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições Temporárias	(3.261)	(2.984)
Exclusões:		
Equivalência	9.430	5.357
Provisões temporárias períodos anteriores	3.531	1.736
Deduções fiscais	-	15
Juros sobre capital próprio	1.261	360
Swap	795	142
Outros	<u>(12)</u>	<u>-</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	<u>-</u>	<u>(3.321)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	<u>5.829</u>	<u>1.247</u>

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, para eventos temporários

	Saldo inicial em 01/01/2021	Constituição	Reversão	Saldo final em 30/06/2021
Imposto de renda				
Prejuízo fiscal	-	3.735	-	3.735
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.547	1.985	(2.070)	1.462
Provisão para contingências	69	78	(69)	78
Provisão MTM	1.702	1.848	(1.702)	1.848
Outras provisões	255	(161)	(265)	(171)
	<u>3.573</u>	<u>7.485</u>	<u>(4.106)</u>	<u>6.952</u>
Créditos Tributários de IRPJ				
	<u>3.573</u>	<u>7.485</u>	<u>(4.106)</u>	<u>6.952</u>
Contribuição social				
Prejuízo fiscal	-	2.997	-	2.997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.237	1.588	(1.656)	1.169
Provisão para contingências	55	13	(5)	63
Provisão MTM	1.362	1.478	(1.362)	1.478
Outras provisões	204	(333)	(7)	(136)
	<u>2.858</u>	<u>5.743</u>	<u>(3.030)</u>	<u>5.571</u>
Créditos Tributários de CSLL				
	<u>2.858</u>	<u>5.743</u>	<u>(3.030)</u>	<u>5.571</u>
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL				
	<u>6.431</u>	<u>13.228</u>	<u>(7.136)</u>	<u>12.523</u>

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em junho de 2021 tenham sua realização futura da seguinte forma:

Crédito tributário diferenças temporárias para:	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>TOTAL</u>
<u>Imposto de Renda</u>				
Diferenças Temporária	2.412	4.152	388	6.952
Valor Presente	2.305	3.794	284	6.383
<u>Contribuição Social</u>				
Diferenças Temporária	1.934	3.326	311	5.571
Valor Presente	1.849	3.040	284	5.173

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 4,61% a.a.

20 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor

(Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em junho de 2021 atingiu 17,96 representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

	Junho/2021	Dezembro/2020
Patrimônio de referência	<u>118.352</u>	<u>107.773</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>17,96</u>	<u>19,71</u>

21 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital

O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo entre outros, os riscos de: Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional, Socioambiental e Gerenciamento de Capital. Tal estruturação possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto. Ademais, assegura que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam subsidiar as resultantes decisões administrativas, tornando-as mais assertivas e mantendo-as sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda, atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. As respectivas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Na estrutura sob apreço tem o papel da Comissão de Supervisão de Riscos que propõe e sugere ao Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) recomendações e aperfeiçoamentos das políticas e estratégias do Conglomerado no que tange ao tema gerenciamento de riscos e de capital.

As medidas para implementação das providências antes declinadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital. Dentre os principais instrumentos de controle destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de riscos que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados, regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de

crédito e/ou renegociação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, o Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, anualmente, são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

c. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificado como decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e/ou taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional. Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas, com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

d. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios. Tais instrumentos objetivam garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários, incluindo a realização de swaps.

O Banco conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

e. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo Banco para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da higidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o Banco realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

f. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc.) e, também, responsabilidade ambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Banco, incluindo a concessão de crédito, com destaque para aqueles inseridos na área imobiliária, e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou de fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Banco apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a seguir transcrito:

“O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico: <https://bancobari.com.br/gerenciamento-riscos>

22 Evento subsequente

Em 29 de julho de 2021, o Banco Central do Brasil homologou o aumento de capital social aprovado na assembleia de acionistas do dia 30 de abril de 2021.

* * *

DIRETORIA

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO

Diretor Presidente

MATEUS VARGAS FOGAÇA
Diretor Executivo

HENRIQUE LOPES WEBER
Diretor Executivo

Diretor Superintendente

EDUARDO ZAGONEL NEVES
Diretor Executivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IVO LUIZ ROVEDA
Presidente

ENIO FORNEA JÚNIOR
Vice Presidente

FELIX ARCHANJO BORDIN
Conselheiro

ANTÔNIO BORDIN NETO
Conselheiro

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Conselheiro

RESPONSÁVEL TÉCNICA
CRISTIANE APARECIDA DAMRAT
Contadora CRC PR 063966/O-2